



DIÁRIO OFICIAL

ANO CXXXIV DA IOE
135º DA REPÚBLICA
Nº 36.154

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

IOe
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

Belém, Sexta-feira
07 de Março de 2025

126 Páginas

NESTA EDIÇÃO

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR	- PÁG. 4
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO	- PÁG. 7
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO	- PÁG. 8
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.....	- PÁG. 9
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA	- PÁG. 9
FUNDAÇÃO PARÁPAZ	- PÁG. 10

SECRETARIA DE ESTADO DE

PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	- PÁG. 11
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO	- PÁG. 13
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ.....	- PÁG. 13
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA E PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ.....	- PÁG. 13
ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 15

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

- PÁG. 15	
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA	- PÁG. 19
HOSPITAL OPHIR LOYOLA	- PÁG. 30
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	- PÁG. 31
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ	- PÁG. 32
FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA.....	- PÁG. 33

SECRETARIA DE ESTADO DE

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	- PÁG. 34
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	- PÁG. 34

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO

AGROPECUÁRIO E DA PESCA	- PÁG. 35
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ	- PÁG. 36
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL	- PÁG. 38
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 38
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ.....	- PÁG. 39
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S.A.	- PÁG. 39

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO

AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	- PÁG. 40
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 49

SECRETARIA DE ESTADO DE

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	- PÁG. 49
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ	- PÁG. 53
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR	- PÁG. 55
FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR	- PÁG. 55
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ	- PÁG. 55
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 57
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ	- PÁG. 58
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ.....	- PÁG. 58

SECRETARIA DE ESTADO

DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	- PÁG. 61
---	-----------

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA.....

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ.....	- PÁG. 66
--------------------------------	-----------

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO	- PÁG. 66
---	-----------

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 73
--------------------------------------	-----------

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA

SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA	- PÁG. 79
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ	- PÁG. 80

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

- PÁG. 81

SECRETARIA DE ESTADO DE IGUALDADE

RACIAL E DIREITOS HUMANOS	- PÁG. 81
--	-----------

SECRETARIA DE ESTADO DOS POVOS INDÍGENAS

- PÁG. 81

SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES

- PÁG. 82

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,

MINERAÇÃO E ENERGIA	- PÁG. 82
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ	- PÁG. 82

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS

- PÁG. 83

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

- PÁG. 84

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE

TRANSPORTES METROPOLITANO	- PÁG. 84
---------------------------------	-----------

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO

E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	- PÁG. 84
----------------------------------	-----------

DE TRANSPORTE DO ESTADO DO PARÁ

- PÁG. 84

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

E INTEGRAÇÃO REGIONAL	- PÁG. 84
------------------------------------	-----------

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA,

TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO	- PÁG. 84
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	- PÁG. 85

E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.....

- PÁG. 85

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

- PÁG. 85

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

- PÁG. 85

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ	- PÁG. 88
---	-----------

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ.....	- PÁG. 89
---	-----------

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.....	- PÁG. 103
---	------------

MUNICÍPIOS

- PÁG. 114

PARTICULARES

- PÁG. 121

EMPRESARIAL

- PÁG. 121

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO -INDSH				DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO							
HOSPITAL JEAN BITAR (CNPJ 23.453.830/0015-75)				2024 2023							
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)				Receitas 57.418.544 52.385.795							
BALANÇOS PATRIMONIAIS											
ATIVO											
Notas 2024 2023				2024 2023							
Circulante											
Caixa e equiv. de caixa	4	531.485	2.957.469	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL							
Contas a receber	5	4.959.154	515.966	Patrônio Superávit/ Social (Déf.) Acum.							
Estoques	6	746.072	893.179	Total							
Outros créditos		13.125	152.280	Saldos em 31/12/2022 2.471.190 (5.914.166) (3.442.976)							
Despesas antecipadas		2.418	6.074	Saldos em 31/12/2023 (3.442.976) (1.594.111) (5.037.087)							
Depósitos judiciais	13	32.944	14.581	Saldos em 31/12/2024 (5.037.087) 265.482 (4.771.605)							
Contratos de gestão	3m	46.754.863	46.002.842	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS							
Total do Ativo Circul.	53.040.061	50.542.391		2024 2023							
Não Circulante											
Depósitos judiciais	13	61.077	61.077	ATIVIDADES OPERACIONAIS							
Imobilizado - Próprio	7a	10.859	12.341	Superávit / (Déficit) do Exercício							
Imob.-Contrato de Gestão	7b	3.690.466	4.042.519	265.482 (1.594.111)							
Total do Ativo ñ Circul.	3.762.402	4.115.937		Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa							
Total do Ativo	56.802.463	54.658.328		Depreciação/Amortização							
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL				493.246 368.932							
Notas 2024 2023				Provisões para Contingências							
Circulante				Superávit / (Déficit) do Exercício Ajustado							
Fornecedores	8	6.798.171	5.379.597	758.728 (1.225.179)							
Obrigações trabalhistas	9	2.320.425	2.281.797	(Aumento) / Redução do Ativo							
Obrigações sociais	10	375.666	375.055	Contas a Receber							
Obrigações fiscais		73.079	221.945	(4.443.188) (465.966)							
Outras contas a pagar	11	164.312	117.507	Estoques							
Partes relacionadas	12	332.131	114.071	147.107 (48.321)							
Contratos de gestão	3m	46.754.863	46.002.842	Outros Créditos							
Total do Passivo Circul.	56.818.647	54.492.814		139.155 (20.533)							
Não Circulante				Despesas Antecipadas							
Receitas diferidas	14	4.755.421	5.202.601	3.656 (190)							
Total do Passivo ñ Circul.	4.755.421	5.202.601		Depósitos Judiciais							
Patrimônio Social				(18.363) (14.581)							
Patrimônio social		(5.037.087)	(3.442.976)	Aumento / (Redução) do Passivo							
Superávit (déficit) acum.		265.482	(1.594.111)	Fornecedores							
Total do Patrimônio Social	(4.771.605)	(5.037.087)		1.418.574 1.901.100							
Total do Passivo e Patrimônio Social	56.802.463	54.658.328		Obrigações Trabalhistas							
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				38.628 180.843							
Notas 2024 2023				Obrigações Sociais							
Receitas Operacionais				611 34.856							
Serviços prest. pac. SUS		56.869.341	52.055.951	Obrigações Fiscais							
Serv.prest. conv. e partic..		-	-	(148.866) 80.216							
(-) Glosas		-	-	46.805 71.722							
Receita Líquida	56.869.341	52.055.951		Outras Contas a Pagar							
Custos				(447.180) (248.269)							
Serviços de terceiros		(25.850.254)	(24.431.308)	Receitas Diferidas							
Pessoal e encargos		(12.197.023)	(11.863.694)	Ajustes Patrimoniais							
Materiais e medicamentos		(11.161.812)	(10.227.677)								
Superávit / (Déficit) Líquido	7.660.252	5.533.272		FLUXO DE CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) PELA ATIV. OPERAC.							
Despesas				(2.504.333) 245.698							
Pessoal e encargos		(3.049.256)	(2.965.923)	ATIVIDADES DE INVESTIMENTO							
Serviços de terceiros		-	-	Aquis. de Ativo Imob. e Intangivel							
Impostos, taxas e contrib.		(89.609)	(28.837)	(139.711) (2.417.979)							
Depreciação/amortização		(493.246)	(368.933)	FLUXO DE CX CONS.PELA ATIV. DE INVEST. (139.711)(2.417.979)							
Despesas gerais e admin. 15		(4.236.063)	(4.119.737)	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO							
Superávit / (Déficit) Antes do Resultado Financeiro	(207.922)	(1.950.158)		Partes Relacionadas							
Financeira Liquida				218.060 (18.172)							
Despesas financeiras		(227.554)	(159.586)	FLUXO DE CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO							
Receitas financeiras		151.755	185.789	218.060 (18.172)							
Superávit / (Déficit) Antes de Outras Despesas e Receitas	(283.721)	(1.923.955)		AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA							
Outras Despesas e Receitas				(2.425.984) (2.190.453)							
Doações e subvenções		-	-	anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021.							
Outras Despesas e Receitas	549.203	329.844		Caixa e Equiv. de Cx no Fim do Per.							
Superávit / (Déficit) do Exerc.	265.482	(1.594.111)		(2.425.984) (2.190.453)							
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES				anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021.							
2024 2023				ATIVIDADES DE INVESTIMENTO							
Superávit / (Déficit) do Exerc. 265.482 (1.594.111)				Aquis. de Ativo Imob. e Intangivel							
Outros resultados abrangentes		-		(139.711) (2.417.979)							
Total Resultado Abrangente 265.482 (1.594.111)				ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO							
NOTAS EXPLICATIVAS				Partes Relacionadas							
1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais: O Hospital Jean Bitar (HJB) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado. O Hospital atende uma população 1,4 milhão de pessoas da região metropolitana de Belém, composta por mais sete municípios. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia endocrinologia, reumatologia, geriatria, além de ser referência em cirurgias bariátricas com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado na Rua Cônego Jerônimo Pimentel, 543 – Umarizal, Belém-PA.				Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.							
b. Contrato de Gestão: O Hospital Jean Bitar (HJB) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde março de 2016, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 007/SESPA/2021, vigente até 10/11/2025, por meio do 11º termo aditivo. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:				3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.							
c. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor.				e. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.							
d. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada.				f. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.							
iii. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor deprecável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-				g. Apuração do Superávit / Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.							
h. Reconhecimento de Receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública.				i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.							
j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos: Nas demonstrações contábeis de 2024 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade.				k. Patrimônio Líquido: Composto pelo superávit / déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.							
l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.				m. Contratos de Gestão: Em 2023, a Administração do Hospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamental e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo							

circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.		
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2024	2023
Caixa em espécie	2.000	1.200
Banco conta movimento	5.054	126.663
Aplicações financeiras de liquidez imediata	524.431	2.829.606
Total	531.485	2.957.469

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. CONTAS A RECEBER: Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 10/11/2025

2024 2023
Contrato 007/2021 - SESPA 4.959.154 515.966

Total 4.959.154 515.966

Aging List 2024 2023

A vencer	125.878	247.451
De 01 a 15 dias	4.675.486	-
De 16 a 30 dias	-	155.205
De 31 a 60 dias	107.790	27.563
De 61 a 90 dias	-	35.747
De 91 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	-	-
+ de 360 dias	50.000	50.000
Total	4.959.154	515.966

A Administração julga que o saldo de R\$ 50.000,00, pendentes

de recebimento são recebíveis em prazo inferior a 12 meses, devido a processo de alinhamento com o Ente Público, portanto, não considera provisões para perdas.

6. ESTOQUES

Drogas e medicamentos	220.734	343.215
Diétas enterais e parenterais	17.723	21.641
Fios cirúrgicos	44.697	39.952
Materiais radiológicos/imagens	1.787	8.391
Materiais de uso do paciente	280.680	304.693
Limpeza e higienização	32.945	50.743
Materiais de laboratório	761	893
Demais materiais	146.745	123.651
Total	746.072	893.179

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

7. IMOBILIZADO: a. Imobilizado - Próprio

Máquina e Equip.

Total

Em 31 de dezembro de 2023		
Saldo inicial	13.823	13.823
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Depreciação	(1.482)	(1.482)
Saldo contábil líquido	12.341	12.341

Em 31 de dezembro de 2024		
Saldo inicial	12.341	12.341
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Depreciação	(1.482)	(1.482)
Saldo contábil líquido	10.859	10.859

A Administração julga que o saldo de R\$ 50.000,00, pendentes

b. Imobilizado - Contrato de Gestão

Aparelhos Med. e Cir.

Eq. Infor-mática

Instru-mentos de Cirurgia

Máquina e Equip.

Móveis e Utensílios

Móveis e Utensílios Hosp.

Obras em anda-mento

Total

Em 31/12/2023						
Saldo inicial	231.663	854.699	15.597	27.474	168.560	128.246
Aquisições	350.595	704.649	-	208.057	-	1.125.633
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(128.381)	(129.447)	(8.463)	(11.994)	(30.614)	(22.122)
Saldo contábil líquido	453.877	1.429.901	7.134	223.537	137.946	106.124

Em 31 de dez. de 2024						
Saldo inicial	453.877	1.429.901	7.134	223.537	137.946	106.124
Aquisições	-	-	7.134	223.537	137.946	106.124
Transferências	530.820	524.234	-	124.111	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(138.850)	(190.891)	(4.145)	(39.680)	(30.490)	(22.094)
Saldo contábil líquido	845.847	1.763.244	2.989	307.968	107.456	84.030

8. FORNECEDORES	2024	2023	Provável	2024	2023
Materiais e medicamentos	2.043.097	2.126.519	Cível	-	190.800
Serviços	2.192.345	1.364.764	Trabalhista	-	-
Serviços médicos	1.853.369	1.101.888	Total	-	190.800
Diversos	709.360	786.426	Afinal do exercício de 2024, a Entidade possui R\$ 32.944 (Círculo) e R\$ 61.077 (Não Circulante) em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento.		
Total	6.798.171	5.379.597			

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

2024 2023

Ordenados e salários a pagar	909.686	863.711
Provisão férias	1.306.629	1.313.411
Provisões FGTS s/férias	104.110	104.675
Total	2.320.425	2.281.797

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

2024 2023

INSS a recolher	101.926	91.502
FGTS a recolher	134.833	130.396
IRRF s/ folha a recolher	127.421	150.485
Contr. sindical	11.486	2.672
Total	375.666	375.055

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

2024 2023

Empréstimos de material	611	611
Seguros a pagar	-	3.373
Outras	-	-
Verba piso salarial da enfermagem (i)	163.701	113.523
Total	164.312	117.507

(i) No ano de 2023/2024, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Dante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.

12. PARTES RELACIONADAS

2024 2023

Passivo		
SEDE ADMINISTRATIVA	332.131	114.071
Total	332.131	114.071

O saldo a pagar em 2024 no passivo circulante de R\$ 332.131 (R\$ 114.071 em 2023), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

13. PROVISÕES PARA CONTIGÊNCIAS E DÉPOSITOS JUDICIAIS:

A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais.

Os processos classificados como de probabilidade de perda possível e provável, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

Possível

2024 2023

Cível	1.627.408	880.000
Trabalhista	569.990	121.800
Total	2.197.398	1.001.800

de recebimento são recebíveis em prazo inferior a 12 meses, devido a processo de alinhamento com o Ente Público, portanto, não considera provisões para perdas.

4. ESTOQUES

5. CONTAS A RECEBER:

6. IMOBILIZADO: a. Imobilizado - Próprio

7. IMOBILIZADO: b. Imobilizado - Contrato de Gestão

8. FORNECEDORES

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

12. PARTES RELACIONADAS

13. PROVISÕES PARA CONTIGÊNCIAS E DÉPOSITOS JUDICIAIS:

14. RECEITAS DIFERIDAS:

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

16. RENUNCIA FISCAL:

17. COBERTURA DE SEGUROS:

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

19. GESTÃO DE RISCOS:

20. EVENTOS SUBSEQUENTES:

21. COBERTURA DE RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

22. RISCOS PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

23. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

24. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

25. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

26. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

27. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

28. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

29. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

30. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

31. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

32. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

33. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

34. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

35. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

36. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

37. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

38. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

39. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

40. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

41. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES:

42. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES

seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição da responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada a fundamentação da opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante do fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências utilizadas nas operações da Entidade, se é apropriado revertê-las madas em conjunto. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Contabilidade das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico. • Conforme descrito na nota explicativa, os resultados da demonstração financeira são consistentes em relação às demonstrações financeiras contábeis utilizadas, conforme aplicável, e se a sua forma e procedimentos de auditoria planejados e realizados são relevantes para a auditoria para planejarmos e executarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências utilizadas nas operações da Entidade, se é apropriado revertê-las madas em conjunto. **Responsabilidade da Administração e de auditoria obtidas:** se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente da determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Continuidade operacional:** Chamamos a atenção para o fato de que o imobilizado é só consistente em relação às demonstrações financeiras obtidas, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Contabilidade das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico. • Conforme descrito na nota explicativa (C), em que a Administração apresenta os fatores de continuidade elevação de custos da gândola, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua operação de gestão da Unidade e considera como determinantes para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro, o sucesso na renovação e atualização dos valores de contrato junto à SESPA. Em 31 de dezembro de 2024, o Hospital possui excessos de passivos não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade líquido negativo no montante de R\$ 3.778.584 e seu patrimônio líquido estava negativo na ordem de R\$ 4.771.605 (R\$ 5.037.087 em 2023). Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional do Hospital, caso os planos da Administração não sejam concretizados. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo as operações, considerando os melhores esforços da Administração da nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança na renegociação do contrato e recomposição de caixa, não, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre nuidade das operações. **Transações com partes relacionadas:** A detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são considerando sua sede Administrativa, em operações de pagamento de radas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem despesas compartilhadas. Tais operações podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões de trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, determinamos quais foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025. Planners Auditores Independentes - CRC.SP. N° 2SP 14.712/0-2. Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/0-6

Protocolo: 1174001

**EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO**

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Bujaru, a renovação da LI nº 01/2023, para a Rede de Distribuição Rural de Energia Elétrica - RDR "ID. 430050194 - B Rural / Douglas Soeiro Silva" a ser implantada no município de Bujaru, no Estado do Pará.

Protocolo: 1174009

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) 001/2025-CMMC
Processo Administrativo nº 004/2025-CMMC**

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros alimentícios, Água mineral, materiais higiene, limpeza e descartáveis, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Mojuí dos Campos-PA. Disponibilidade do Edital 07/03/2025 no endereço www.camaramojuidoscamps.pa.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br. Início da entrega de propostas: 07/03/2025. Abertura das propostas: 20/03/2025 as 09h30min no site www.portaldecompraspublicas.com.br. **Rosani Patrícia Castro Oliveira. Pregoeira da CMMC.**

Protocolo: 1174010

**EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
LICENÇA AMBIENTAL
COMUNICADO**

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Cachoeira do Piriá, a renovação da Licença de Instalação - LI N° 005/220/2024, para a Rede de Distribuição Rural de Energia Elétrica - RDR "ID. 430038920 - Projeto - Do Campo, 08, 68617-000, Vila Barraca da Farinha, Cachoeira do Piriá / Jesse dos Santos Silva / Antônio Jose dos Reis Costa / Altemar Pinto / Reginaldo Oliveira da Silva" a ser implantada no município de Cachoeira do Piriá, no Estado do Pará.

Protocolo: 1174011

**Maiores informações entre em contato com a CENTRAL: (48) 3257-3500 e 3257-3200
E-mails: comercial@centraldiariooficial.com.br; prefeitura@centraldiariooficial.com.br**